

---

## TRABALHO, IDEOLOGIA E EMANCIPAÇÃO HUMANA

## TRABAJO, IDEOLOGÍA Y EMANCIPACIÓN HUMANA

## WORK, IDEOLOGY AND HUMAN EMANCIPATION

Rafael Rossi

Aline Cristina Santana Rossi

**Resumo:** Várias são as maneiras para abordar a relação que se estabelece entre ideologia e trabalho na sua vinculação com a problemática da emancipação humana. Todavia, entendemos que a análise ontológica instaurada pela teoria social marxiana pode contribuir com uma análise fundamentada na processualidade histórica da reprodução social. Desse modo, partimos das contribuições da ontologia marxiana para compreender o trabalho enquanto fundamento do ser social e a ideologia em sua função social, ou seja, para além do critério gnosiológico que a investiga apenas em seu caráter negativo. Entendemos que a teoria a deve permitir a reprodução ideal do objeto que investiga ao longo do processo histórico e real.

**Palavras-chave:** Trabalho. Ontologia Marxiana. Ideologia.

**Resumen:** Varias son las maneras para abordar la relación que se establece entre ideología y trabajo en su vinculación con la problemática de la emancipación humana. Sin embargo, entendemos que el análisis ontológico instaurado por la teoría social marxiana puede contribuir con un análisis fundamentado en la procesalidad histórica de la reproducción social. De este modo, partimos de las contribuciones de la ontología marxiana para comprender el trabajo como fundamento del ser social y la ideología en su función social, o sea, más allá del criterio gnosiológico que la investiga sólo en su carácter negativo. Entendemos que la teoría la debe permitir la reproducción ideal del objeto que investiga a lo largo del proceso histórico y real.

**Palabras clave:** Trabajo. La ontología Marxiana. Ideología.

**Abstract:** There are several ways to approach the relationship between ideology and work in its connection with the problem of human emancipation. However, we understand that the ontological analysis established by marxian social theory can contribute with an analysis based on the historical process of social reproduction. In this way, we start from the contributions of the marxian ontology to understand work as the foundation of social being and ideology in its social function, that is, beyond the gnosiological criterion that investigates it only in its negative character. We understand that theory a must allows the ideal reproduction of the object that investigates throughout the historical and real process.

**Keywords:** Work. Marxian Ontology. Ideology.

### *Introdução*

Uma das palavras que ao final do século XX cada vez mais foi utilizada de modo vago e sem precisão, com certeza, é: revolução. Não iremos, neste texto, procurar as causas que se relacionam direta ou indiretamente ao relativismo presente nas mais variadas abordagens sobre revolução. Nosso intuito é demonstrar, mesmo que em linhas gerais, a *reciprocidade dialética* que deve se realizar entre trabalho e ideologia no desafio histórico em superar a totalidade do sistema do capital, tendo o trabalho associado a *prioridade ontológica* (TONET, 2014) desse processo revolucionário.

Para explicitar essa nossa hipótese que apresentamos para a reflexão e o debate, abordaremos a seguir a categoria do trabalho enquanto fundamento ontológico do ser social e, portanto, de toda formação social. Uma vez que compreendemos o trabalho enquanto única categoria que funda o “mundo dos homens” e todos os demais complexos sociais, podemos avançar para a função que a ideologia exerce no processo de reprodução social. Por fim, tratamos do horizonte maior da luta socialista que é a emancipação humana e como trabalho e ideologia se articulam numa síntese indissolúvel e indispensável para alcançar uma forma de sociabilidade qualitativamente superior àquela regida pelo capital.

### *Trabalho: Fundamento do Ser Social*

O ser social não pode ser resumido ao trabalho, mas sim, encontra nele seu momento fundante e os demais complexos sociais (arte, educação, filosofia, ciência etc.) são fundados por ele. O trabalho, nesse sentido, é uma objetivação ontológico-social primária, que não pode ser eliminado, comportando o desenvolvimento de outras objetivações que dele se originam e com ele possuem uma autonomia relativa, como nos explica Netto (1994). Com isso: “o trabalho, pondo o ato teleológico, põe a possibilidade da liberdade: escolha entre alternativas” (NETTO, 1994, p. 36). O fato de o trabalho ser a práxis fundante e desencadear outras práxis (fundadas) implica em analisar o processo de dependência ontológica que existem entre os complexos sociais e como eles contribuem e interagem no processo de reprodução social, pois, podemos nos atentar, por exemplo, para as objetivações que do trabalho se diferenciam como: “o caráter desantropomorfizador da ciência, a particularidade antropomorfizadora da arte como autoconsciência da humanidade e a peculiaridade da religião” enquanto “portadora de valores humano-gênicos no plano da vida cotidiana” (NETTO, 1994, p. 36).

No ser social desenvolvido, podemos perceber a presença de objetivações que se autonomizaram às exigências imediatas do trabalho como a arte, a ciência e a filosofia (NETTO e BRAZ, 2006). Todos os complexos sociais fundados possuem, portanto, uma *dependência ontológica* para com o trabalho, uma *autonomia relativa* e uma *determinação recíproca* (TONET, 2005). A dependência ontológica, como já explicamos, implica compreender que a educação, ciência, arte, filosofia, etc. apenas existem a partir da capacidade humana em efetivar um trabalho. A autonomia relativa indica que, com o desenvolvimento do ser social, novas dimensões se originam e que não mais possuem como função social a transformação da natureza.

Em face desta dinâmica não é por acaso que Lukács tenha afirmado que o homem é um ser que responde. O entorno irá impor algumas condições, desafios e tarefas que se colocam à existência e reprodução dos homens afim de que eles possam reagir adequadamente a elas. Desse modo, o homem que trabalha deve não só reagir a estes condicionantes como interagir e articular as relações, as mediações necessárias enquanto respostas de sua práxis, “por essa via, a simples reação articula-se como resposta, podendo-se até dizer que só através disso a influência do meio ambiente adquire o caráter de pergunta” (LUKÁCS, 1981, p. 282).

Diferentemente da “atividade” dos animais, no trabalho há uma relação mediada entre o sujeito que trabalha (os homens na sociedade) e o objeto “seja um machado de pedra lascada ou uma perfuradora de poços de petróleo com comando eletrônico, entre o sujeito e a matéria natural há sempre um meio de trabalho, um instrumento (ou conjunto de instrumentos) que torna mediada a relação entre ambos” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 44). Na natureza, não há a criação de instrumentos com a relação social que é estabelecida no ser social, pois com a criação dos instrumentos de trabalho o sujeito se depara com uma problemática sobre os meios e os fins e a possibilidade de escolha “se um machado mais longo ou mais curto é ou não adequado (útil, bom) ao fim que se destina (a caça, a autodefesa etc.)” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 44).

A prioridade metodológica da análise pelo trabalho se justifica em função de sua articulação com demais dimensões da sociabilidade humana. Tendo sido o trabalho que historicamente permitiu o desenvolvimento do ser social é compreensível que se investigue seus fundamentos e articulações na contemporaneidade marcada pela batuta beligerante da ordem capitalista burguesa. O trabalho *em-si* não se configura como um processo alienante e estranhado, pois é a relação social capitalista que o ressignifica e o subverte, sem, no entanto, eliminar o trabalho de cunho ontológico.

O trabalho se configura, deste modo, como a base de qualquer forma de sociabilidade humana. A superação de um modo de produção implica sempre uma mudança na forma de organização do trabalho. No caso da passagem e superação do capitalismo rumo ao comunismo a forma de trabalho que garantirá a materialidade da nova sociabilidade é, denominada por Marx, de *trabalho associado*, um trabalho *livre, consciente, coletivo e universal*, como iremos abordar adiante em nosso texto. Somente a forma de trabalho associado, específica do socialismo, é que pode fornecer a base material para que se supere a fragmentação e separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e a teoria e a prática, possibilitando, deste modo, a “entificação omnilateral do ser humano” como Tonet (2010) argumenta.

O trabalho também indica que o homem é um ser social e universal e – como explica Lukács – o ser social se constitui de uma relação inextricavelmente articulada entre a genericidade e a individualidade. O ser genérico implica em se apropriar de todas as riquezas produzidas no âmbito da totalidade da humanidade e, ainda, de contribuir com o “enriquecimento comum”. Não é possível, deste modo, se tornar homem sem a mediação social com outros homens e, dessa forma, “tanto mais rico é o gênero quanto mais ricos, densos e multiformes são os indivíduos e vice-versa” (TONET, 2004, p. 35). Afirmar-se como homem só é possível enquanto há o desenvolvimento das potencialidades materiais e espirituais do próprio homem, quando ele “pode desfrutar do produto do seu trabalho”, ou seja, “quando o conjunto do processo social é dominado, livre e conscientemente, pela totalidade dos indivíduos que socializam suas energias e veem satisfeitas as suas necessidades” (TONET, 2004, p. 35). Deste modo, a riqueza humana implica numa riqueza que seja necessariamente uma expressão “multilateral das potencialidades humanas”. No sentido oposto, quando o trabalho implica a perversão e o estranhamento, como no caso do capitalismo, não estamos diante pois da riqueza, mas sim, da pobreza e isto de um ponto de vista do processo ativo do homem tornar-se homem (TONET, 2004).

A partir destas elaborações, podemos avançar para explicitar o fundamento ontológico da ideologia, para além das conceituações que a tratam meramente em seu aspecto pejorativo para que com isso possamos entender, no prosseguimento de nosso debate, qual a sua relação com o trabalho na luta rumo à emancipação humana.

### *Ideologia em seu sentido onto-prático*

Não é nosso objetivo neste texto explicitar todas as nuances do debate da ideologia no interior do marxismo. Apenas queremos apontar, minimamente, que Lukács em sua obra *Para uma Ontologia do Ser Social* lançou as bases<sup>1</sup>, que em nossa compreensão, permitem a correta apreensão da ideologia de um ponto de vista ontológico, ou seja, tendo como pano de fundo a análise e a confrontação com o conjunto do processo histórico e real, no qual o ser social surge, se desenvolve e se complexifica.

O filósofo húngaro nos explica que o fundamento da ideologia se baseia na complexificação do ser social operada pelo trabalho. Mais precisamente, a ideologia surge, mesmo de que de modo ainda incipiente, naquilo que denomina de “posições teleológicas secundárias”, ou seja, posições teleológicas que não têm o propósito de transformar a natureza e produzir valores de uso (como o trabalho), mas sim, influir outras pessoas, ou grupo de pessoas, a efetivarem novas posições teleológicas, isto é, a assumirem outras finalidades e operarem na prática social.

Por isso pôde Lukács afirmar que “enquanto alguma ideia permanecer o produto do pensamento ou a alienação do pensamento de um indivíduo, por mais que seja dotada de valor ou de desvalor, ela não pode ser considerada como ideologia” (LUKÁCS, 2013, p. 464). Para que algo se torne uma ideologia é preciso que exerça uma função social precisa, ou seja, uma função no processo de reprodução social, qual seja a de servir de “forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir” (LUKÁCS, 2013, p. 465).

Verdade ou falsidade, desse modo, não podem ser o critério resolutivo naquilo que é ou não é uma ideologia. Apenas quando uma ideia, uma concepção de mundo ou uma teoria científica, por exemplo, tiverem se “transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos” (LUKÁCS, 2013, p. 467) eles poderão se tornar uma ideologia. Dessa forma, a existência da ideologia “parece pressupor os conflitos sociais, que precisam ser travados, em última instância, em sua forma primordial, isto é, socioeconômica, mas que desenvolvem formas específicas em cada sociedade concreta: justamente as formas concretas da respectiva ideologia” (LUKÁCS, 2013, p. 471).

Detenhamo-nos até esta última formulação lukacsiana, pois é de fundamental relevância em nosso debate: os conflitos sociais só serão travados, em última instância, na sua forma “socioeconômica”, ou seja, nos conflitos que se referem efetivamente ao trabalho e à economia enquanto complexo social

---

<sup>1</sup> Para um estudo mais profundo sobre a ideologia em Lukács ver os trabalhos de Costa (1999), Vaisman (1996) e Lessa (2015).

responsável pela produção das condições materiais da existência social. Entretanto, isso não quer dizer que a ideologia não tenha operação prática, pois, como o filósofo húngaro explica, a ideologia tem por função social orientar a prática social perante um determinado conflito, isto é, ela serve de orientação prática frente à estes conflitos, no sentido de transformar ou manter uma determinada situação.

Dessa maneira, “qualquer resposta que os homens venham a formular em relação aos problemas decorrentes do seu ambiente econômico-social pode tornar-se ideologia ao orientar a prática social, conscientizá-la e operacionalizá-la” (COSTA, 1999, p. 63). A ideologia, em seu sentido amplo e em sentido restrito, orienta a prática social. Todavia, com a entrada em cena da propriedade privada e, portanto, das classes sociais e da exploração do homem pelo homem a ideologia “está ligada ao seu entendimento como instrumento de luta social” (COSTA, 1999, p. 64), já que “logo que o conflito social se apresenta como problemática vital na realidade dos homens, as sociedades produzem concretamente instrumentos para a sua resolução na forma de ideologia” (COSTA, 1999, p. 64).

Em suma, para Lukács, a ideologia é analisada sob o critério onto-prático, no qual, um pensamento pode se tornar ideologia quando “exerce efetivamente uma função nos conflitos humano-sociais e esta função consiste em ser veículo de conscientização e prévia ideação da prática social dos homens” (COSTA, 1999, p. 69).

Uma vez que entendemos o trabalho enquanto fundamento do ser social e, portanto, de todo modo de produção e, também, a função da ideologia enquanto a orientação prática frente a um conflito social, podemos avançar no sentido da relação entre trabalho e ideologia na luta revolucionária socialista para além do capital.

### *Emancipação Humana: Objetivo maior da Luta Socialista*

Algumas palavras iniciais sobre a empreitada revolucionária em superar o capital se fazem necessárias. Mészáros argumenta que os elementos constituintes do sistema do capital, tanto em suas variedades capitalistas como pós-capitalistas (pensemos, por exemplo, na Rússia pós-1917) são: a) o **capital**, com as condições materiais alienadas da produção e também na subjetividade comandando e confrontando o trabalho; b) o **trabalho** que é privado do controle da produção e permite a reprodução ampliada do capital e; c) o **Estado** enquanto “estrutura global de comando político do sistema antagônico do capital” e garantindo a submissão do trabalho (MÉSZÁROS, 1995, p. 790).

Dessa maneira, o principal impedimento para a realização da ofensiva socialista não é o poder do Estado com sua repressão e que pode ser derrubado, mas sim o próprio posicionamento defensivo ou ofensivo do trabalho na sua luta contra o capital. Qualquer concessão obtida pelo trabalho e que esteja dentro do campo de possibilidades colocado pelo sistema do capital em sua lógica para a expansão e acumulação, se torna infrutífera para mudar o posicionamento defensivo do trabalho e contribui para que ele continue uma parte estruturalmente subordinada ao capital. Um exemplo que Mészáros utiliza para ilustrar este fato são as concessões obtidas com o “Estado de Bem-Estar Social” que, de modo algum, afetaram a estrutura do capital, pois, ao contrário, contribuíram para a sua expansão após a Segunda

Guerra Mundial. Por outro lado, tais concessões impactaram o lado do trabalho com “mistificações do reformismo”. Isso não significa que os ganhos “defensivos” sejam algo completamente irrelevante, mas sim, que as ilusões que são daí originadas devem ser expostas (MÉSZÁROS, 1995, p. 791).

A alternativa do trabalho de construção de uma forma superior de sociabilidade é inconcebível sem a completa destruição/erradicação do sistema do capital sobre o processo sociometabólico. A derrubada do capitalismo, nesse sentido, pode apenas “arranhar a superfície do problema” [*scratch the surface*] (MÉSZÁROS, 1995, p. 792). Os desafios do projeto socialista, devem, impreterivelmente, contribuir para a superação da relação antagônica do processo de trabalho em sua dominação estrutural e hierárquica ao capital, pois só assim pode-se remover as instituições de controle, incluso, o próprio Estado enquanto estrutura de comando político do capital. Igualmente também é de extrema relevância a superação do fetichismo da mercadoria *pari passu* à superação da determinação antagônica do processo de trabalho. MéSZÁROS, classifica de “idealização apologética” a ideia do “mudar pouco a pouco” como defendida, por exemplo por Popper e Hayek. É por isso que se torna revolucionário o entendimento de que “a continuação, pois, de um comando separado sobre o trabalho, mesmo que de forma diferente de sua variedade capitalista, reproduz a determinação antagônica das funções sociometabólica” (MÉSZÁROS, 1995, p. 800).

Dessa maneira, a ofensiva socialista não se realizará se buscar apenas lutar por demandas parciais. Tais demandas só serão atendidas plenamente se objetivarem a totalidade do sistema do capital, ou seja, “falar com sentido sobre as partes só pode ser feito se elas puderem ser relacionadas ao todo ao qual elas objetivamente pertencem”. Em face disto está a defesa intransigente do trabalho em termos da “alternativa hegemônica socialista às regras do capital” (MÉSZÁROS, 1995, p. 812).

Para compreendermos os desafios de superação do sistema do capital e as articulações indispensáveis entre trabalho e ideologia é de suma importância que expliquemos o que é a *emancipação humana* e qual o seu *fundamento*.

Em primeiro lugar é preciso afirmar que emancipação humana não é um projeto utópico presente apenas na “mentalidade” dos marxistas. Ao contrário emancipação humana, em Marx, implica uma forma de sociabilidade superior ao capitalismo e que seja, igualmente, superior ao sistema do capital. A saber: emancipação humana é sinônimo de *comunismo*.

Em segundo lugar, como argumentamos até o momento, toda formação social consubstancia uma determinada totalidade que, por sua vez, é fundada com base numa forma típica de trabalho: o trabalho servil fundava a totalidade social feudal; o trabalho assalariado proletário funda a sociabilidade capitalista e, será (se a humanidade chegar lá, pois não se trata de nenhum destino pré-determinado por alguma potência transcendental) o trabalho associado a matriz fundante do modo de produção comunista, ou seja, é o *trabalho associado* a “alma social” do comunismo.

Contudo, é preciso esclarecer que trabalho associado, para Marx, não deve ser confundido com economia solidária, cooperativismo ou qualquer outra denominação de práticas correntes já no capitalismo. O trabalho associado:

[...] pode ser, inicialmente, definido como aquele tipo de **relações que os homens estabelecem entre si na produção material e na qual eles põem em comum as suas forças e detêm o controle do processo na sua integralidade, ou seja, desde a produção, passando pela distribuição até o consumo**. Por isso mesmo, dele estão ausentes tanto a sujeição dos homens à natureza (embora esta sujeição nunca possa ser inteiramente eliminada), quanto a exploração e a sujeição dos homens uns aos outros (estas sim passíveis de completa eliminação). Deste modo [...] o trabalho associado não é simplesmente trabalho coletivo ou cooperativo, mas um tipo de trabalho que vai muito além destes aspectos. (TONET, 2005, p. 83, grifos nossos)

Em suma, o trabalho associado implica, irrevogavelmente, o *controle livre, coletivo, consciente e universal* da totalidade do processo produtivo. O sistema do capital é essencialmente um sistema que subordina o trabalho e, com isso, todos os complexos sociais atenderão direta ou indiretamente os interesses da reprodução do capital e não as reais aspirações e necessidades humanas. Por isso, não é possível existir trabalho associado “aos pouquinhos”. Apenas superando a totalidade do sistema do capital poderemos avançar rumo à emancipação humana.

Portanto, “o elemento essencial, mas, obviamente, não o único, de uma revolução é uma transformação radical na forma do trabalho” e no caso da revolução burguesa foi a superação do trabalho servil pelo trabalho assalariado, propiciando as bases para a expansão do modo de produção capitalista. Agora, no caso da revolução proletária será, “necessariamente, a substituição do trabalho assalariado pelo trabalho associado. Esta é a essência da revolução. Muitos outros elementos a integram, mas este é o essencial” (TONET, 2014, p. 09-10). A revolução proletária, desse modo, tem por horizonte maior a construção do comunismo, ou seja, da emancipação humana.

Aqui reside uma articulação indissociável entre trabalho e ideologia. Entendemos que entre essas duas dimensões constitutivas do ser social há, inegavelmente, uma *reciprocidade dialética*, ou seja, trabalho e ideologia se influenciam mutuamente junto à totalidade. Contudo, cabe ao trabalho o papel de “momento predominante”, isto é: o trabalho exerce a *prioridade ontológica* nessa relação. Isto quer dizer que a orientação geral que será determinada à ideologia será exercida por uma determinada totalidade social e esta, com efeito, se radica numa forma típica de trabalho.

Analisemos, brevemente, como isso ocorre no capitalismo: já explicamos que o trabalho que funda o modo de produção capitalista é o trabalho assalariado e que ele implica, por seu turno, uma *desigualdade estrutural* entre a classe que detém os meios de produção e que controla o processo de trabalho e os produtores, ou seja, os trabalhadores que, efetivamente, realizam o trabalho de conversão da natureza nos meios de produção e subsistência. Isto faz com que o capital influencie de maneira extraordinária a totalidade social capitalista. A ideologia dominante, como Marx e Engels, já nos explicaram, será a ideologia das classes dominantes, isto é, “as ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação” (MARX, ENGELS, 2007, p. 47).

A ideologia proletária socialista apenas poderá ser a ideologia dominante se, de fato, praticamente, ocorrer um processo revolucionário. Esta constatação, todavia, não deve levar ao equívoco de que as ideias não exercem qualquer influência na realidade objetiva. Ao contrário, “o poder material

tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas” (MARX, 2010, p.151).

Em outras palavras: sem a brecha revolucionária socialista, não há qualquer chance da ideologia socialista marxiana ser “apoderada” – em absoluto – pelas massas. Isto em razão do fato de que o “momento predominante” cabe à superação do capital, ou seja, à instauração do trabalho associado. A contribuição da ideologia marxista, apesar de ficar reduzida em decorrência do estreitamento material operado pelo capital, é de fundamental importância para contribuirmos, *praticamente*, nas diversas lutas sociais com o horizonte mais amplo de construção do comunismo a partir da superação total do sistema do capital. Quanto mais a ideologia socialista marxista conseguir influir praticamente na orientação real e concreta de destruição do Estado, da propriedade privada, do trabalho assalariado e de avanço do *trabalho associado*, tanto mais será “apoderada pelas massas”.

Há ainda outra contribuição que a ideologia socialista pode oferecer às lutas sociais, de um ponto de vista *teórico*: o estudo sério, rigoroso e permanente da história humana e do próprio marxismo, enquanto atitude individual e coletiva de compreensão da realidade objetiva em sua processualidade histórica.

Portanto, não há meio termo na luta do trabalho pela defesa absoluta da integridade do ser humano: ou caminha no sentido de uma orientação ideológica socialista que tenha por objetivo a superação completa da totalidade do capital, fazendo avançar o trabalho associado rumo à emancipação humana ou, não por um destino qualquer, o capital se encarregará de acentuar a níveis inimagináveis as perversidades e as deformações que este sistema social carrega em sua essência.

### *Considerações Finais*

Com este breve texto argumentamos, na esteira de Marx e Lukács, que o ser social é fundado pelo trabalho. Quando os seres humanos passam a transformar a natureza e produzirem valores de uso e, com isso, transformam a sua própria natureza, podemos perceber um “salto ontológico” – expressão lukacsiana – do ser meramente biológico para o ser social. Isto se justifica em razão do fato de que com o trabalho, os seres humanos passam a se apropriar de conhecimentos, habilidades, comportamentos etc. que possibilitam, por sua vez, a incessante produção do novo, como explica Lukács, isto é, com o trabalho e os complexos sociais que ele “desperta”, os seres humanos passam a produzir e reproduzir continuamente a história humana de modo cada vez mais social, tendo como resultado a produção de sociedades mais complexas e de indivíduos, igualmente, mais complexos.

Cada formação social terá uma determinada totalidade, ou seja, um conjunto de vários complexos sociais que interagem entre si e que passam a apresentar uma qualidade distinta da mera soma das partes. A totalidade é sempre “expressão do desenvolvimento histórico passado, da realização de algumas das potencialidades e possibilidades do passado no presente” e, ainda, “também, campo de possibilidade e desafios para o desenvolvimento futuro” (LESSA, 1999, p. 08). Toda a totalidade, por sua vez, tem sua matriz numa determinada forma de trabalho.



No caso do capitalismo, a totalidade consubstanciada pelo capital é matizada pelo trabalho assalariado que implica, irrevogavelmente, a expansão incontrolável do capital. Nesse sentido, nosso esforço se deu na explicitação de que a ideologia socialista pode contribuir com uma orientação *prática* às variadas lutas sociais para que assumam um preciso e claro caráter comunista, que preze pela destruição do Estado, do capital, do trabalho assalariado e da exploração do homem pelo homem e, igualmente, uma contribuição *teórica* em estudar a história e o próprio marxismo como requisito de suma importância para a compreensão da realidade social.

Estes entendimentos só são possíveis em serem elaborados, pois a concepção de Lukács, a partir de Marx, de ideologia se baseia na sua função social, qual seja, a de orientar a prática social perante um determinado conflito. Assim, entre trabalho e ideologia se estabelece uma relação de *reciprocidade dialética*. Contudo, a *prioridade ontológica*, no processo revolucionário proletário, cabe ao *trabalho associado* que é, como mostramos, a matriz fundante da emancipação humana/comunismo. Investir esforços numa orientação ideológica socialista às diversas lutas que ocorrem no âmbito do movimento dos trabalhadores hoje é um esforço, portanto, profundamente teórico e prático.

### Referências

- COSTA, G. M. *Trabalho e Serviço Social: debate sobre a concepção de serviço social como processo de trabalho com base na Ontologia de Georg Lukács*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 122 p. 1999.
- LESSA, S. *Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo*. São Paulo: Cortez. 2007.
- LESSA, S. *O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade*. Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 2, pp. 20-33, CEAD-UNB. 1999.
- LESSA, S. *Para compreender a Ontologia de Lukács*. 4. ed. São Paulo: Instituto Lukács. 2015.
- LUKÁCS, G. *II Trabalho*. In: *Per una Ontologia dell'essere sociale*. Roma: Riuniti, 1981, p. 11-131. (Tradução Mimeo.de Ivo Tonet, 145p.) 1981.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social – II*. São Paulo: Boitempo. 2013.
- MARX, K. ENEGLS, F. *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão*. São Paulo: Boitempo. 2007.
- MARX, K. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo. 2010.
- MESZÁROS, I. *Beyond Capital: toward a theory of transition*. Merlin Press: London. 1995.
- NETTO, J.P. Razão, Ontologia e Práxis. *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 44, ano XV, p. 26-42. 1994.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia Política: Uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez. 2006
- TONET, I. *Democracia ou Liberdade*. Maceió: EDUFAL. 2004.
- TONET, I. *Educação, Cidadania e Emancipação Humana*. Ijuí: Unijuí. 2005.
- TONET, I. Trabalho Associado e extinção do Estado. *Revista Rebelo*, v. 3, n. 2. 2014.
- VAISMAN, E. *A determinação marxiana da ideologia*. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 251p. 1996.

Recebido em: 31/07/2017  
Aprovado em: 28/01/2018